

RURALIDADES E ENOTURISMO NO VALE DOS VINHEDOS/ SERRA GAÚCHA – RS

RURALITIES AND WINE TOURISM AT VALE DOS VINHEDOS/ SERRA GAÚCHA - RS

Wagner Otávio Gabardo

Universidade Federal do Paraná, PPGTUR, Curitiba, PR, Brasil.
wgabardo@gmail.com

Vander Valduga

Universidade Federal do Paraná, PPGTUR, Curitiba, PR, Brasil.
vandervalduga@gmail.com

Resumo

Este artigo busca traçar um breve histórico da formação territorial do Vale dos Vinhedos (Brasil), protagonizado pela figura do colono viticultor, situando a relevância do enoturismo neste contexto. Enoturismo entendido como atividade que revaloriza e reinventa o mundo rural, transformando um espaço produtivo em espaço de lazer e propiciando a pluriatividade ao viticultor. Esta pesquisa qualitativa consistiu em revisão bibliográfica de livros, teses e dissertações onde o recorte espacial é o Vale dos Vinhedos. Constatou-se que em um território com identidade supostamente homogênea – habitado por viticultores descendentes de italianos - coexistem ruralidades diversas, expressas em diferentes modos de produção, relação com o mercado de uvas e vinhos, usos da terra e relevância do enoturismo. Nesta região convivem grandes empresas vitivinícolas que recebem fluxo intenso de turistas, vinícolas familiares de médio porte onde a venda direta de vinhos aos visitantes é parcela substancial dos ingressos, produtores cooperados que preservam a tradição da produção de vinhos e alimentos coloniais e mantêm certo distanciamento em relação ao mercado do turismo e, finalmente, novos atores com uma perspectiva ecologizada da agricultura focada na produção de uvas orgânicas e vinificação em pequena escala. Concluiu-se, portanto, que as diferentes ruralidades do Vale refletem nas múltiplas experiências que o enoturismo pode proporcionar. O vinho, produto agrícola de alto valor agregado, é indutor de desenvolvimento territorial endógeno e contradiz a ideia de precariedade estrutural do rural brasileiro. E o enoturismo fortalece as ruralidades em torno do vinho.

Palavras chaves: Ruralidades. Vitivinicultura. Enoturismo. Vale dos Vinhedos.

Abstract

The purpose of this study is to present a brief history of the territorial formation of Vale dos Vinhedos (Brazil), lead by the figure of the “colono” winegrower, calling attention to the relevance of wine tourism in this context. Wine tourism understood as an activity the revalues and reinvents the rural world, transforming a productive space into a leisure space and enabling pluriactivity to the winegrower. The current qualitative research consisted of bibliographical review of books, thesis and dissertations where the spatial

fragment is Vale dos Vinhedos. It was found that in a territory with a supposedly homogeneous identity – inhabited by winegrowers of Italian ancestry – distinct ruralities coexist and are manifested, by different means of production, relationship with grape and wine market, land uses and wine tourism relevance. In this region, big wine companies receiving a large number of tourists, medium sized family owned wineries who own a substantial part of their income to direct sales to visitors, wine cooperative members who preserve artisanal food and wine making traditions while remaining relatively distant from the tourism market, as well as new players with an ecological perspective of agriculture focused on organic grape growing and small scale winemaking, all coexist. Therefore the study concludes that the Vale different ruralities impact the multiple experiences the wine tourism has to offer. The wine, a high-added value agricultural product, induces endogenous territorial development and contradicts the idea of structural precariousness in rural Brazil. And wine tourism strengthens the ruralities that surround wine.

Key words: Ruralities. Wine growing. Wine tourism. Vale dos Vinhedos.

Introdução

O relevante crescimento do lazer motivado pelo desfrute do vinho e o seu contexto ambiental e sociocultural, colocou em evidência uma prática antes camuflada dentro do turismo gastronômico ou turismo rural, que adquire nomenclatura e status próprio: Enoturismo ou Turismo do Vinho. Territórios onde a vitivinicultura permeia as paisagens rurais e possui destacada relevância socioeconômica, como em países da Europa mediterrânea, Vale Central (Chile), Mendoza (Argentina), Califórnia (Estados Unidos) e Serra Gaúcha (Brasil), converteram-se em destinos de enoturismo.

O enoturismo reinventa e revaloriza o mundo rural, ao despertar o interesse dos apreciadores de vinho em conhecer as regiões de cultivo de uvas e aprender, ainda que superficialmente, sobre o modo de produção do camponês viticultor. A viticultura adquire um status de trabalho agrícola de alto valor agregado abrindo as possibilidades para a apreciação de outros cultivos de uso gastronômico uma vez que comida e vinho são práticas alimentares indissociáveis dos hábitos alimentares das comunidades viticultoras. Beber o vinho no local onde ele foi concebido, acompanhado de um culinária a base de produtos típicos da região adquire um valor simbólico forte, além de consistir um dos preceitos bases do movimento *slow food*¹.

Fazer enoturismo é também valorizar as ruralidades de um território do vinho, o legado cultural das comunidades que ali habitam, as paisagens moldadas pela viticultura e outras práticas agrícolas. É buscar viver momentaneamente nos tempos e no modo de

vida de um camponês, compartilhar de seus festejos e hábitos alimentares. São práticas que nos remetem a um rural idealizado, idílico nos termos de Urry (2011), e cada vez mais buscado pelos habitantes das grandes cidades. O rural é, então, uma simultaneidade de espaços físicos de relações sociais, um espaço de reafirmação de identidades (PIRES, 2007).

Ao visitarmos o Vale dos Vinhedos, permitimo-nos tomar uma sopa de capeletti caseiro, seguido de churrasco acompanhado de vinhos da Serra Gaúcha ou comer em um restaurante de menu degustação com pratos feitos à base de ingredientes de pequenos cultivos orgânicos do entorno, harmonizado com vinhos apresentados por um sommelier. Qual seja a refeição escolhida, apoiada na tradição do almoço típico do colono ou na sofisticação do chef de cozinha sustentável, em ambos os casos se observa que o enoturismo estimula a valorização da gastronomia autóctone e enriquece a experiência de viagem, mediada a partir dos cheiros e sabores dos espaços vividos (FRÉMONT, 1999).

O enoturismo transforma um espaço produtivo em espaço de lazer (WANDERLEY, 2009) além de proporcionar a pluriatividade ao viticultor, onde a abertura da sua propriedade para receber turistas acaba tornando-se uma atividade complementar e um meio de comercializar sua produção, tornando-se conhecido pelos consumidores de vinho. A pluriatividade neste caso não o força a deixar o trabalho na propriedade em busca de fontes complementares de renda, mas a utilizar a sua atividade agrícola como um recurso de incremento desta renda. A zona rural passa então a receber uma série de intervenções que a tornem acessível ao visitante como rotas sinalizadas e obras de estrutura para receber visitantes.

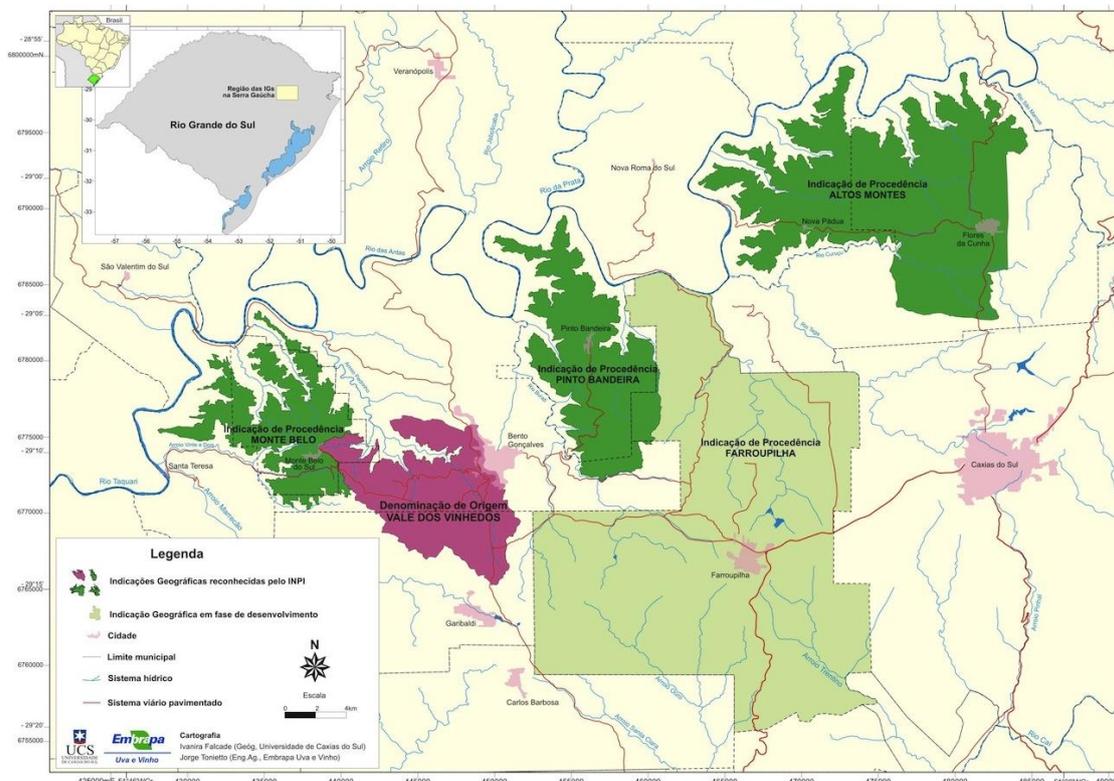
Diante destas reflexões iniciais, o presente artigo tem como objetivo traçar um breve panorama do desenvolvimento territorial do Vale dos Vinhedos, localizado na Serra Gaúcha, Brasil, e descrever as diferentes ruralidades que coexistem em torno da vitivinicultura e de que forma elas se articulam com o enoturismo. Para tanto, foi feita uma revisão bibliográfica de teses, dissertações e artigos científicos publicados em revistas oriundas da geografia e do turismo, obtidas no portal de periódicos CAPES e na plataforma Sucupira, cujo recorte espacial é o Vale dos Vinhedos. Foram também consideradas obras de destacada relevância historiográfica e etnogeográfica do território em questão. A leitura destas bibliografias foi feita à luz de autores da sociologia rural e

geografia agrária que conceituam ruralidades tradicionais e contemporâneas e suas dinâmicas sócio-ambientais-econômicas. As experiências empíricas dos autores deste ensaio como pesquisador-enoturistas em vinícolas do Vale dos Vinhedos também contribuíram para as reflexões aqui apresentadas.

Perspectiva histórica do Vale dos Vinhedos

O Vale dos Vinhedos constitui a primeira denominação de origem de vinhos do Brasil. A certificação foi outorgada em 2012, depois de haver recebido o título de indicação geográfica em 2002 (FALCADE, 2011). Dito vale pertence à região da Serra Gaúcha, localizada no nordeste do Rio Grande do Sul (RS) e contempla a zona rural dos municípios de Bento Gonçalves sobretudo e parte de Garibaldi e Monte Belo do Sul, conforme mapa 1. Com clima subtropical úmido e quente, densos bosques nativos de mata atlântica e altitudes que vão dos 450 aos 650 metros de uma topografia acidentada, representam um especial desafio ao cultivo de uvas.

Mapa 1 – Indicações geográficas de vinhos da Serra Gaúcha (Brasil) com Vale dos Vinhedos em destaque



Fonte: EMPRAPA Uva e Vinho, 2017.
Cartografia: Falcade e Tonieto (2013).

Segundo Falcade (2011) a região recebeu um fluxo massivo de imigrantes de origem italiana, sobretudo do Vêneto, Lombardia, Trento e Friuli a partir de 1875. Durante cerca de vinte anos o governo brasileiro financiou a vinda destes imigrantes que chegados ao Brasil recebiam equipamentos para a derrubada da mata, abertura de lotes e transformação deles em terras autossustentáveis e uma ajuda de custo no primeiro ano para aquisição de insumos essenciais à subsistência (DAL PIZZOL & SOUZA, 2014). O modelo de ocupação da Serra Gaúcha se desdobrou de maneira distinta da realidade do Brasil rural colonial, marcado pelos grandes domínios de monocultura, de estrutura patriarcal hierarquizada e trabalho escravo (HOLANDA,1995). Os imigrantes europeus assentados no sul do país fizeram parte de um processo histórico de ocupação territorial caracterizado pela distribuição de pequenas porções de terras adquiridas a preços módicos com prazos de até quinze anos para quitação dos mesmos, segundo a Lei de Terras de 1854 (DAL PIZZOL & SOUZA, 2014). Conforme observou Schneider (2006), para quitar essas dívidas os colonos se dedicaram a outras atividades não agrícolas como benfeitoria de madeira e obras de infraestrutura criados em função do próprio processo de colonização.

Segundo Dal Pizzol & Sousa (2014) os lotes eram traçados em desenhos geométricos de 63 hectares e desconsideravam a topografia dos terrenos, cursos de rios ou quaisquer condições da natureza que determinassem uma divisão mais lógica dos terrenos. Foram então reduzidos gradualmente a 44, 30 e 25 hectares a pedido dos próprios imigrantes para não distanciá-los do contato com vizinhos e parentes. Nestas propriedades dedicaram-se ao cultivo de alimentos para subsistência e criação de animais e posteriormente a plantação de uvas americanas conduzidas em pérgola - como a isabel, cedida pelos imigrantes alemães - para elaboração de vinho para consumo próprio, alimento parte da dieta da península itálica.

O período de especialização produtiva dos colonos em viticultura ocorre somente no início do século XX. A melhor adaptação das uvas americanas às condições climáticas e sua maior resistência às pragas de solo favoreceram a expansão dos cultivos no território e fizeram com que os italianos assumissem pioneirismo da vitivinicultura brasileira². Outro fator, relatado por Santos (1979) remete as relações entre as colônias alemãs e as italianas no processo migratório: “a desenvolvida produção agrícola alemã, diversificada e mercantilizada já há bastante tempo, fez com que os italianos tendessem

à especialização de um único produto” (SANTOS, 1979, p. 74), neste caso a uva. Somente a partir da década de 1920 foram introduzidas variedades *viníferas* de origem europeia plantadas em espaldeira diversificando assim a paisagem do vinhedo e a qualidade dos vinhos³ ali originados (FALCADE, 2011). Este período coincide com a primeira guerra mundial, quando aumenta-se a demanda por alimentos e os colonos passam a comercializar excedentes antes destinados ao autoconsumo:

"(...) a partir de então o sistema produtivo colonial assume suas características mais acabadas, o que significa a manutenção de uma forte autonomia de reprodução social baseada na produção policultora de subsistência e na venda de excedentes comercializáveis. Estes excedentes passaram a ser o trigo, o milho e o *vinho*". (SCHNEIDER, 2006, p. 10, grifo nosso).

Na medida em que os produtores/comerciantes do vinho davam vazão à sua produção e conseguiam meios de capitalização para a formação inicial da indústria do vinho, o Estado se aproximava, dotando a região de meios técnicos para a qualificação dessa produção e, também, com interesses políticos. Nas três primeiras décadas do século XX ocorreu a primeira industrialização e acumulação capitalista no setor vinícola. Nesses moldes, os industriais/comerciantes do vinho exerciam sua supremacia econômica em relação ao agricultor viticultor, gerando diversos embates entre os capitalistas privados, Estado e viticultores. A partir desses embates é que surgiram, como resposta dos colonos ao capital privado, as cooperativas vinícolas (SANTOS, 1979; PESAVENTO, 1983).

Nos anos 1930 fundaram-se as primeiras cooperativas de produtores de uva que, apesar dos percalços econômicos, existem até a atualidade com destaque para a Aurora (em Bento Gonçalves) e Garibaldi (em Garibaldi) formada por agricultores familiares donos de pequenas extensões de terra. Segundo Valduga (2011) na mesma década se instituíram as primeiras festas da uva e da vindima, replicando um festejo tradicional de raízes europeias. Ditas festas organizadas pela e para comunidade tinham o intuito de celebrar o ano árduo de trabalho no campo. De organização coletiva, tradicionalmente reuniam agricultores e comunidade local onde comida farta, música e o ritual de pisa-apé das uvas davam a tônica da celebração (GABARDO & VALDUGA, 2017). O crescimento do festejo com o passar dos anos foi o pontapé inicial para a atração de turistas à região que viria consolidar-se como o berço do vinho e do enoturismo brasileiro.

Em 1960 foi fundado o Colégio de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves (VALDUGA, 2007), responsável pela formação dos primeiros técnicos enólogos que viriam a trabalhar nas vinícolas da região, muitas delas de propriedade familiar. Este mesmo período é marcado pela expansão dos monocultivos de videiras no território e um acúmulo de capital entre os viticultores. Ao mesmo tempo, o sistema de herança de terras também faz com que as propriedades diminuam sua extensão gradativamente e cerca de 80% dos terrenos possuam até quatro hectares de vinhedos no início do século XXI (FLORES, 2015). As casas de madeira vão aos poucos sendo substituídas por edificações fundadas em pedra basalto e tijolos (FALCADE, 2011). A partir dos anos 1970 é criada a EMPRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) Uva e Vinho, em Bento Gonçalves, responsável pelo ensino de técnicas que possibilitaram o aperfeiçoamento dos cultivos e dos vinhos produzidos no vale. Dentre elas, Schneider (2006) e Dal Pizzol e Souza (2014) destacam a modernização das práticas agrícolas como o uso de pequenos tratores para o arado em substituição ao veículo de tração animal, adubação inorgânica do solo com uso de fertilizantes industriais frente ao desgaste do mesmo e uso de mudas de videiras geneticamente melhoradas que se adaptassem ao clima do vale. O colono torna-se cada vez mais especializado na viticultura, integrado e dependente do mercado ao mesmo tempo em que mantém certa autonomia produtiva, expressa na propriedade da terra e da força de trabalho.

Em 1985, segundo Valduga (2011), funda-se a ATUASERRA, órgão de promoção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento turístico da região, pioneira no Brasil, associando a cultura local à vitivinicultura e o turismo. Tal instituição – a época composta por onze municípios da Serra Gaúcha e atualmente com 28 – auxiliou no trâmite de reconhecimento da indicação geográfica. O Vale dos Vinhedos, após um extenso processo de certificação baseado em critérios naturais e culturais que caracterizou a peculiaridade daquele *terroir*, passou então a protagonizar o desenvolvimento de um enoturismo fortemente associado a comunidade de descendentes de imigrantes italianos (VALDUGA, 2007). Isso corrobora os argumentos de Brandenburg (prelo) ao afirmar que “no rural que encontramos raízes de uma herança cultural que ainda pulsa na sociedade, onde se reproduzem relações e dinâmicas sociais singulares que identificam um modo ou estilo de vida de grupos sociais diversos”.

No ano 1995 foi fundada a Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (APROVALE) que reúne vinícolas familiares de diversos portes e estabelecimentos de alimentação e hospedagem com o objetivo de consolidar a imagem do Vale dos Vinhedos como um destino de enoturismo brasileiro. É este ator coletivo, institucionalizado na figura na associação, que direciona as políticas de promoção do território do vinho. Este modelo de constituição de associações de produtores viria a ser adotado em outras regiões vinícolas do país tendo o enoturismo como estratégia de desenvolvimento territorial (FLORES, 2015; GALVÃO, 2006). Porém, a heterogeneidade de atores que compõe a associação também pode representar um conflito de interesses, uma vez que as vinícolas mais capitalizadas muitas vezes têm maior poder de decisão nas estratégias de ação. As relações entre capital/viticultores, já problematizada por Santos (1979), parecem ter se acentuado, especialmente quando o turismo entra, também, como vetor territorial de agregação de valor, seja por intermédio de produtos e serviços ou pela especulação imobiliária que permeia os conflitos do rural/urbano.

O número de turistas no Vale dos Vinhedos aumentou de 45 mil em 2001, para 443 mil em 2019 (APROVALE, 2019). Apesar dos benefícios econômicos, o franco crescimento do turismo na região também representa ameaças à descaracterização da paisagem, fruto da especulação imobiliária e de ocupações irregulares. Ante este fenômeno, foi criado em 2007 a Zona de Proteção da Paisagem do Vale dos Vinhedos (ZPPVV).

A criação da ZPPVV demonstra a importância do meio rural enquanto mediador da questão socioambiental, conforme afirma Brandenburg (2010, p.173): “a natureza (...) não é apenas um instrumento útil de trabalho, ou um recurso produtivo; é antes de mais nada um patrimônio, muitas vezes sacralizado, que deve ser preservado”. Ante a ameaça de descaracterização de um território observa-se não apenas a preocupação com a manutenção de um legado cultural que imprimiu suas marcas na paisagem mas também a preservação dos recursos naturais do bioma da mata atlântica que permeia a serra. Reforça-se aqui a natureza e a tradição enquanto elementos basilares constitutivos do mundo rural (Brandenburg, 2010). A ZPPVV visa impedir, ao mesmo tempo, o avanço de moradias irregulares dos mais pobres e a construção de condomínios de luxo para os mais ricos. Se por um lado há a exclusão das classes marginalizadas que, sem

acesso à moradia na zona urbana de Bento Gonçalves, se vêm obrigadas a ocupar irregularmente regiões periféricas muito próximas às vias de entrada ao vale, por outro há um desejo das classes dominantes por tranquilidade e exclusividade em morar na zona rural em meio a um território tão valorizado economicamente. O espaço rural, neste último caso, converte-se em produto de consumo da população urbana, como afirma Wanderley (2009).

As ruralidades e o enoturismo no Vale dos Vinhedos

Ruralidade e urbanidades estão contidas nas territorialidades, no fluxo entre o rural e o urbano. A articulação entre o rural e o urbano ocorre por meio das relações e das redes de circulação e comunicação, como mediadoras de um amplo processo de territorialização (SAQUET, 2014). Trata-se de um movimento complexo, amplo de apropriação e transformação do espaço em território (MARAFON, 2011). Em tempos de ampla mobilidade, fluxos, redes e adensamentos urbanos, o espaço rural se converte no idílico, ainda que isto tenha uma série de implicações. O turismo está neste escopo da busca pelo bucólico e no caso do enoturismo, se tem a formação de uma nova ruralidade, dada a modernização e coexistência de novas atividades como agroindústrias, pequena hotelaria e comércios.

Marafon (2011) destaca que as atividades turísticas presentes no campo estão entre as atividades não agrícolas e que isso demanda um número crescente de pessoas que, liberadas das atividades rotineiras de exploração agrícola, puderam ocupar vagas geradas pela expansão das atividades não rurais. Todavia no território do Vale dos Vinhedos convivem os produtores de uvas americanas destinadas em sua maioria à produção de suco e vinhos coloniais e os produtores de uvas viníferas, usadas na elaboração de vinhos finos sob o selo da denominação de origem (D.O.). Da mesma forma, coexistem cantinas familiares que não recebem turistas, vinícolas pequenas onde a pluriatividade tem no enoturismo uma fonte alternativa de renda, junto a empresas familiares de porte médio e algumas grandes onde o enoturismo constitui um foco relevante das suas atividades.

As vinícolas de maior porte mantêm uma estrutura de vinificação tecnológica e produzem em grande escala distribuindo seus vinhos para o mercado interno e inclusive externo, além de possuírem empregados assalariados envolvidos no trabalho de cultivo,

manutenção da vinícola, funções administrativas e de hospitalidade. O núcleo familiar da empresa assume posições estratégicas de gestão dos negócios e supervisão enológica. Além de possuírem vinhedos próprios – com predominância de grandes extensões de monocultivo de uvas - compram a fruta de terceiros para atender a demanda e a capacidade produtiva. O espaço produtivo engloba também uma sede que abriga as instalações turísticas para recepção de quantidade expressiva de visitantes simultâneos, como é o caso das vinícolas Miolo – que além de loja e espaço de degustação, construiu um hotel de luxo com spa rodeado por vinhedos e Casa Valduga - com um restaurante de comida típica da imigração italiana adornado com tonéis antigos de madeira e pousada para hospedar visitantes.

Observa-se que nestas vinícolas começam a configurar-se experiências de visitas mais pasteurizadas e massificadas, que pouco intercambio geram entre visitantes e anfitriões. Todavia, no olhar romantizado de um viajante apenas iniciado no mundo do vinho, dita experiência tem seu valor e pode adquirir um caráter “autêntico”, carregado de emoções e simbolismos. Relevante observar que estas vinícolas transmite aos turistas em suas visitas guiadas uma história pautada na tradição familiar e nos desafios superados pelo outrora camponês que se assentou na Serra Gaúcha com fins de subsistência e com o passar dos anos foi progredindo economicamente, transitando pelas diferentes formas de produção mercantil: da pequena produção de mercadorias à mercantilização completa (PLOEG, 2006). Famílias que enriqueceram e transmitiram ao longo das gerações o legado da vitivinicultura. No entanto, os embates históricos entre colonos, cooperativas e os conflitos bem destacados em Santos (1979) são suprimidos no conjunto do discurso “ideal” para o visitante.

A vinícola Miolo por exemplo, hoje "Miolo Wine Group", expandiu seus negócios e adquiriu fazendas na Campanha Gaúcha - fronteira com o Uruguai, Campos de Cima da Serra - fronteira com Santa Catarina - e no Vale do São Francisco - na divisa da Bahia e Pernambuco praticando diferentes técnicas de viticultura adaptadas à climas e solos tão diferentes entre si. Algumas das terras já continham parcelas de vinhedos enquanto outras a viticultura foi implementada da estaca zero. As estruturas de enoturismo estão concentradas na sede histórica da família, no Vale dos Vinhedos (RS) e em Juazeiro (BA). Esta vinícola atenderia ao que Flores (2011) denominou “vitivinicultura corporativa”, marcada pela produção intensiva e em grande escala e, ao

mesmo tempo, se enquadraria numa produção capitalista de mercadorias segundo a terminologia de Ploeg (2006).

Este enriquecimento de famílias viticultoras pode ser observado em outros países como a Argentina. Segundo o historiador Lacoste (2013) neste país, diferente de outros modelos agrícolas baseados em monocultivo - como cana de açúcar, café, algodão ou tabaco - a vinha facilitou a pequena propriedade e a mobilidade social. O mesmo autor menciona um estudo de variação de capital dos viticultores mendocinos entre 1561 e 1861 durante a vida economicamente ativa e demonstra que apenas 4% retrocederam, 20% mantiveram o patrimônio que tinham e 76% incrementaram seu capital. A crescimento da cidade de Mendoza foi consequência da prosperidade das atividades agrícolas do seu meio rural. A Mendoza do século XXI tem na viticultura e no enoturismo suas principais fontes de emprego e renda.

Voltando-se ao caso brasileiro, no Vale do século XXI ainda resiste a agricultura familiar formada por pequenos agricultores cooperados, que ainda mantém a policultura predominada pelo cultivo de uvas vendidas à cooperativa a qual são filiados, maneira pela qual obtém a maior parte do capital para adquirir outros bens. Mas costumam guardar parte da colheita para produzirem vinho de forma independente, para consumo próprio ou venda informal. Em paralelo, criam animais domésticos para provisionar-se de insumos alimentares, replicando receitas culinárias transmitidas de geração em geração, ilustrando assim o que mais se aproximaria do modo tradicional de produção camponesa:

Como é de costume, faz-se o pão colonial no forno à lenha, do leite é possível fazer o queijo, a coalhada e requeijão, da uva é possível fazer consumo do vinho e da geleia e das suas criações de animais é possível fazer o consumo diário de carnes, ovos, salsichas, salames, copas e mais uma infinidade de alimentos. (Daher, 2015, p. 94)

Em entrevista a colonos, Daher (2015) observou que muitos mantêm certo distanciamento em relação ao mercado. A maior parcela da comercialização dos seus vinhos artesanais é feita de maneira informal para evitar as altas tributações que incidem sobre bebidas alcoólicas e a fiscalização sanitária que segue a lógica de produção industrial que não os beneficia. Alguns agricultores, somente quando são abordados por turistas em busca de produtos típicos coloniais acabam comercializando vinhos e alimentos destinados ao consumo próprio. Os mesmos ainda mantêm o costume da troca por outros alimentos com vizinhos com quem ainda mantêm relações de compadrio.

Daher (2015) constatou ainda que os agricultores estão convictos que o beneficiamento e comercialização do próprio vinho são uma alternativa preferível à venda de uvas às cooperativas. No entanto, usam do capital recebido da venda para beneficiar seu próprio vinho e investir na modernização de equipamentos próprios de vinificação, subvertendo-se assim ao sistema cooperativista. Ainda, como foi dito, o cultivo de uvas americanas para a elaboração de vinhos coloniais é prática predominante nestes casos em um território que de certa forma os hostiliza ao privilegiar os produtores de vinhos finos pertencentes à APROVALE e que cumprem os requisitos da denominação de origem⁴. Trata-se da complexidade do rural enunciado por Marafon (2011) e que Saquet (2014) problematiza como conflitos de territorialidade. São perspectivas de mundo distintas que permanecem entre o colono e o industrial do vinho e, recentemente, somadas às demandas do turismo que coexistem e se impõe como problemáticas nos jogos e estruturas de poder local. Cidade e campo e seus modos de vida são, portanto, díspares, estão em unicidade e complementaridade dialética (SPOSITO, 2016).

Entra-se aqui noutra questão dialética: se por um lado os associados da APROVALE se beneficiaram com o reconhecimento da D.O. e por estarem em uma situação fiscal regular perante o Estado podem aceder à verbas de promoção de institutos de fomento ao consumo do vinho e enoturismo como a IBRAVIN (Instituto Brasileiro do Vinho, mantido em parte por verbas públicas do RS), os demais pequenos produtores informais também se beneficiam, em menor escala, com a vinda dos turistas. É importante ressaltar também que a produção de vinho colonial, seja ela de forma individual ou cooperada remete às raízes da viticultura brasileira e constitui parte da memória do vinho gaúcho, patrimônio que deveria ser preservado. A modernização e as políticas de promoção da vitivinicultura devem contemplar também o modo de vida do colono produtor de vinho artesanal.

Em um nível intermediário estão as pequenas empresas familiares com estrutura vinícola própria que subsistem a partir da produção e comercialização direta ao consumidor de vinhos de elaboração própria que com o passar do tempo se desligaram integral ou parcialmente do sistema cooperativo de comercialização de uvas e que ainda mantém o núcleo familiar envolvido nas tarefas diárias. Tratam-se de viticultores que produzem tanto o vinho fino quanto o vinho colonial ou suco de uvas de mesa, onde

predomina o monocultivo vitícola. Possuem alguma estrutura de enoturismo mais focada na degustação dos produtos que a realização de uma visita guiada em si, algumas com empregados contratados, muitos deles provenientes das cidades, e cujos proprietários não residem mais na propriedade que passa a ser destinada somente à produção de vinhos e à recepção de turistas.

Ainda parte deste cenário, mas em menor escala, estão novos atores em busca de produzir vinhos numa perspectiva ecologizada da viticultura. Munidos de conhecimento técnico científico, propiciado pela atuação das universidades e dos institutos de pesquisa, decidem recorrer a técnicas ancestrais de cultivo contrariando os preceitos da "vitivinicultura de precisão" e o uso de agrotóxicos (GABARDO, 2015). Trata-se da reemergência dos saberes ambientais (LEFF, 2001) que se difundem timidamente na vitivinicultura brasileira. Atuam com base nos preceitos da agricultura orgânica e sustentável, apoiada em saberes tradicionais que carecem de racionalidade ou rigidez científica, mas que respeitam os tempos e os ciclos da natureza. Acompanhados pelo crescente número de certificações sendo brindadas mundo afora para os produtores orgânicos, biodinâmicos e os autodenominados produtores de vinhos "naturais". Fazer vinhos seguindo estes princípios demanda trabalho e convívio em família em uma propriedade de policulturas onde coabitam árvores frutíferas, plantas de uso medicinal e animais. Flora e fauna exercem funções essenciais no equilíbrio do parreiral fornecendo insumos para os chamados preparados biodinâmicos, feitos lentamente e de forma ritualizada. O papel dos astros em constante movimento rege um calendário que orienta o manejo do vinhedo. O poder curativo das plantas usadas de maneira homeopática tem efeito curativo sobre o solo e a vinha. Apesar de qualquer possível razão científica por trás do uso de determinadas técnicas, o discurso preserva uma lógica apoiada em conhecimento, crenças e práticas sobre a natureza que muito se assemelha a lógica de comunidades tradicionais (TOLEDO & BASSOULS, 2015).

São viticultores que propõe um pacto social com os consumidores na busca de produzir vinhos de qualidade e ambientalmente responsáveis, onde:

“[...] a tradição camponesa (...) diante do saber universal, renovado pela aplicação da ciência e das novas tecnologias, torna-se, nesse novo contexto, uma qualidade positiva. O agricultor familiar se apresenta, em tal pacto, como aquele que conhece de modo especial e detalhado a terra, as plantas e os animais que são seus, e que, por esta

razão sente-se comprometido com o respeito e a preservação da natureza”. (WANDERLEY, 2003, p. 54).

Suas vinícolas tendem a atrair um perfil mais restrito de visitantes, como profissionais da gastronomia e enófilos colecionadores de rótulos raros. Aqui, há a busca de um contato mais aprofundado com o viticultor, onde o aprendizado e admiração de uma forma de trabalho não hegemônica e ambientalmente responsável exercem um forte impacto na experiência. A figura daquele que faz o vinho adquire protagonismo. Ainda, dados os pequenos volumes de vinho produzido segundo estes preceitos, a oportunidade de degusta-los e adquiri-los é quase restrita à visita à propriedade. São enoturistas motivados por uma ética ambiental que se converte em valor nas relações de consumo. Estes “novos” modos de produção mais responsáveis e em menor escala emergem o rural como mediador da crise socioambiental que assola as sociedades do séc. XXI.

Considerações finais

Como pode ser observado nos exemplos expostos acima, mesmo em um território com uma identidade supostamente homogênea - vitivinicultores de raízes italianas do Vale dos Vinhedos - é possível confrontar-se com ruralidades diversas, expressas no modos de produção, relação de dependência com os mercados, mediação com a natureza e importância do enoturismo dentro da perspectiva de pluriatividade.

É importante situar a viticultura na Serra Gaúcha como um território de resistência do modo de vida camponês, onde não há sintomas de extinção da agricultura familiar, da pequena propriedade e de uma vida social ativa no campo, mesmo passando por um processo de modernização e mercantilização. A exemplo do observado por Schneider (2006) entre os viticultores houve um processo de transformação do colono em agricultor ou empresário familiar sem rupturas extremas, caracterizando o que o autor denominou desenvolvimento rural endógeno. A realidade do vale não constitui um rural associado ao atraso ou precariedade estrutural, noção condicionante à outros contextos brasileiros.

Ao mesmo tempo a viticultura no Vale dos Vinhedos se contrapõe ao modelo de agronegócio vigente no Brasil onde a concentração de terras para produção de

commodities, a mecanização intensa e a exploração desmedida dos recursos naturais são o *modus operandi*. A produção de uvas e vinhos no Vale representa consecutivamente, uma atividade regida por uma racionalidade econômica instrumental mas acima de tudo, um modo de vida e a expressão de um identidade cultural.

No tangente ao possível conflito de interesses entre os produtores de vinhos coloniais e aqueles de vinhos finos constata-se a complexidade de atores que compõe a coletividade do vale que transita entre tradição e modernidade. Não se deve negligenciar a memória do vinho gaúcho associada a produção do vinho colonial em detrimento da produção de vinhos finos respaldados pela denominação de origem. Ambos atores devem coexistir integrantes da diversidade de modos de vida - e conseqüentemente experiências de enoturismo - que o vale tem a oferecer.

O valor cultural que o vinho adquiriu na sociedade ocidental - despertando cada vez mais o interesse dos consumidores em aprender mais seu feitio e conhecer *in loco* as origens da sua produção faz com que os viticultores sintam-se empoderados a manter e afirmar seu modo de vida e transmiti-lo a gerações futuras. E neste sentido, o enoturismo exerce um papel que valoriza essas ruralidades.

Reconhecer no Brasil o valor do campo em um país historicamente pautado em turismo de sol é praia é reconhecer sua diversidade de paisagens culturalmente construídas, carregadas de identidade e que hoje representam uma nova perspectiva de ruralidade. Ruralidades que encontram na viticultura uma alternativa de revalorização de seu patrimônio cultural e natural. A valorização do campo que no Brasil teve uma imagem associada ao atraso e a precariedade e que hoje desponta como uma nova alternativa ao desenvolvimento regional. Em um país com histórico de êxodo rural e cidades superpovoadas com infraestrutura colapsada o desenvolvimento rural é uma agenda de extrema importância a ser fomentada.

Notas

¹ *Slow Food* é um movimento de resistência surgido na Itália na década de 1990 frente à entrada no país de redes internacionais de *fast food*. Tem como princípio o ato de alimentar-se de forma lenta e consciente. Ciente das origens e do processo produtivo dos insumos que chegam às nossas mesas. Ao optar por este ideal adere-se à uma ética alimentar. Esta, por sua vez, valoriza o alimento de qualidade produzido em pequena escala, o bem-estar social e econômico das comunidades produtoras e a preservação do meio ambiente fonte dos alimentos. (PETRINI, 2001).

² Ainda que houvessem indícios de cultivo de uvas e elaboração de vinhos em território brasileiro desde o séc XVII em estados como Bahia e São Paulo, um decreto da coroa portuguesa proibiu a sua produção,

considerando este item a ser provisionado exclusivamente por Portugal relegando a colônia ao extrativismo de madeira e cana-de-açúcar. (SOUZA, 2004).

³ As uvas de origem americana (*vitis labrusca*) são aquelas destinadas ao consumo in natura, sucos de uva e à produção de vinhos de mesa ou coloniais. As uvas de origem européia (*vitis vinífera*) são destinadas à produção dos chamados vinhos finos, segundo a legislação brasileira. (EMPRAPA Uva e Vinho, 2017).

⁴ Para que um vinho receba a selo da denominação de origem Vale dos Vinhedos é necessário que cumpra diversos requisitos entre os quais a elaboração exclusivamente a partir de uvas viníferas com predomínio das castas chardonnay para os brancos e merlot para os tintos. A qualidade e tipicidade do vinho deve ser aprovada anualmente por um comitê degustador. (AROVALE, 2017).

Referências

APROVALE – Associação de Produtores do Vale dos Vinhedos. Disponível em <https://valedosvinhedos.wordpress.com/tag/numero-de-visitantes-vale-dos-vinhedos/>. Acessado em 8 de Abril, 2019.

BRANDENBURG, A. **Ruralidades do mundo rural contemporâneo**. (no prelo) _____. Do rural tradicional ao rural socioambiental. *Ambiente e Sociedade*, n. 13, p. 417-428, 2010.

_____. A colonização do mundo rural e a emergência de novos atores: In. *Revista Ruris*, n. 4, vol. 1, p. 167-194, 2010.

DAHER, T.G.B. **Enoturismo colonial: estudo de caso das perspectivas dos vitivinicultores coloniais da região do Vale dos Vinhedos sobre a lei dos vinhos coloniais (lei nº 12.959/2014)**. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo). UNB, Brasília, 2015.

EMPRAPA Uva e Vinho. Disponível em <https://www.embrapa.br/uva-e-vinho>. Acessado em 15.dez.2017.

FALCADE, I. **A Paisagem como Representação Espacial: a paisagem vitícola como símbolo das indicações de procedência de vinhos das regiões Vale dos Vinhedos, Pinto Bandeira e Monte Belo (Brasil)**. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, UFRGS, Porto Alegre, 2011.

FLORES, S.S. **Viticultura sustentável no contexto do Brasil: uma proposta de abordagem**. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, UFRGS, Porto Alegre, 2015.

_____. **Desenvolvimento territorial sustentável a partir dos territórios do vinho: o caso dos “Vinhos da Campanha”**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, UFRGS, Porto Alegre, 2011.

FRÉMONT, A. **La région: espace vécu**. Paris: Flammarion, 1999.

GABARDO, W.O. **O uso e a reinvenção de métodos ancestrais de vinificação e seus impactos organolépticos no vinho**. Monografia (Especialização em Enologia e Viticultura). UTP, Curitiba, 2015.

GABARDO, W.O. & VALDUGA V. Colher e pisar a uva, encenação da tradição para o enoturismo. O caso da Festa da Vindima da Vinícola Araucária/Paraná/Brasil. In: **Anais X Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. UFSM, Santa Maria, 2017.

HOLANDA, S.B. (1995) **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 220p.

IBRAVIN – Instituto Brasileiro do Vinho. Disponível em <https://www.ibravin.org.br/>. Acessado em 10.dez.2017.

LACOSTE, P. **Argentina: Vinos de Capa y Espada**. Mendoza: Antacura, 2013. 350p.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARAFON, G. Relações campo-cidade: uma leitura a partir do espaço rural fluminense. In: SAQUET, M.; SUZUKI, J.; MARAFON, G. (Org). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

PESVENTO, S. J. RS: **Agropecuária colonial e industrialização**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.

PETRINI, C. **Slow food: The case for taste**. New York: Columbia University Press, 2001.

PIRES, A. **Ruralidades em transformação: agricultores, caseiros e moradores de condomínios**. São Paulo: Annablume, 2007.

DAL PIZZOL, R.D. & SOUZA, S.I. **Memórias do vinho gaúcho**. Porto Alegre: AGE, 2014, vol. 1.

PLOEG, J.D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-56.

SANTOS, J. V; T. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo, Hucitec, 1979.

SAQUET, M. A. Territorialidades, relações campo-cidade e ruralidades em processos de transformação territorial e autonomia. **Campo-Território: revista de geografia agrária**. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-30, 2014.

SCHNEIDER, S. (2006) Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J.M.; Vivien D. (Orgs.).

Desenvolvimento Rural -Tendências e debates contemporâneo. Ijuí: Unijuí, 2006 p. 42-61.

SOUZA, R.L. Cachaça, vinho e cerveja: da Colônia ao século XX. In: **Estudos históricos.** CPDOC FGV, Rio de Janeiro, 2004.

SPOSITO, M. E. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E.; WHITACKER, A. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TOLEDO, V.M. & BASSOULS, N.B. **A Memória Biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

URRY, J. **O olhar do turista:** lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel, SESC, 2001.

VALDUGA, V. **Raízes do Turismo no Território do Vinho:** Bento Gonçalves e Garibaldi - 1870 A 1960 (RS/Brasil). Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, UFRGS, Porto Alegre, 2011.

WANDERLEY, M.N.B. **O mundo rural como espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. In: **Estudos Sociedade e Agricultura,** Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, 2003.

Recebido em 21/08/2019. Aceito para publicação em 03/03/2020.
--